



CLIPPING INTERNET
29/11/2021 ATÉ 29/11/2021



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE G1 MARANHÃO.....	1
	1.2 SITE O MARANHENSE.....	2
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	4
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG DEFESA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS.....	5
5	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	6

87º Encoge aborda a evolução digital do Poder Judiciário

29 de novembro de 2021 - 01:18 Brasil

Corregedores-gerais aprovaram enunciados sobre o tema.

Na sexta-feira (26) terminou, em São Luís (MA), a 87ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (87º Encoge), iniciado na quinta-feira (25), com o tema “Justiça 4.0: a transformação digital dos serviços do Judiciário brasileiro”. O evento contou com a presença do corregedor-geral da Justiça de São Paulo e presidente eleito do TJSP para o biênio 2022/2023, desembargador Ricardo Mair Anafe, que também é vice-presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Ccoge). Ao final das apresentações, debates e deliberações, os participantes aprovaram a Carta de São Luís do Maranhão, documento com 12 enunciados, que reafirmam a importância da autonomia dos tribunais e das corregedorias e versam sobre o desenvolvimento tecnológico da Justiça.

Este foi o primeiro encontro presencial desde o advento da pandemia e teve transmissão ao vivo pelo canal Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão no YouTube. O corregedor-geral Ricardo Anafe integrou a Coordenação Científica do evento, juntamente com os juízes assessores da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo Felipe Esmanhoto Mateo e José Marcelo Tossi Silva. O juiz assessor da CGJ Fausto José Martins Seabra também participou do evento.

1º dia - Na abertura, compuseram o dispositivo de honra a corregedora nacional de Justiça, ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca; o vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão; o deputado estadual Neto Evangelista, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão; o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa; o corregedor-geral da Justiça do Maranhão e presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça (Ccoge), desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; a corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Themis Maria Pacheco de Carvalho; o defensor público-geral do Maranhão, Alberto Pessoa Bastos; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Maranhão (OAB-MA), Thiago Diaz; e o prefeito de São Luís (MA), Eduardo Braide.

O desembargador Paulo Velten declarou aberto o evento, chamando-o de “o encontro da alegria e do reencontro”, e passou a palavra à ministra Maria Thereza de Assis Moura. “As iniciativas que serão detalhadas pelos ilustres expositores deste evento demonstram que o Judiciário vive uma verdadeira revolução digital”, disse a corregedora nacional. “É nosso dever zelar para que sejam incorporadas as inovações obtidas durante o regime extraordinário que ainda estamos vivenciando ao processo de retorno ao trabalho presencial. O 87º Encoge muito contribuirá para que reste sedimentada a transformação digital que atualmente permeia os serviços do judiciário brasileiro.”

Em seguida, oito personalidades receberam a medalha de honra ao mérito “Desembargador Décio Antônio Erpen”, entre elas o ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que discursou em nome dos agraciados. “Recebo esta medalha como uma manifestação do Colégio de homenagem a todos os juízes brasileiros, especialmente os da justiça comum, que estão na linha de frente da prestação jurisdicional.”

Ao retomar a palavra, Paulo Velten destacou que é preciso “definir o Poder Judiciário que queremos: uma instituição do nosso tempo, eficaz, capaz de dar a resposta ao jurisdicionado com presteza, adequação e equidade, trabalhando com governança e transparência, sem deixar de se preocupar com a redução de despesas”.

O desembargador Ricardo Anafe mediu o primeiro painel do evento, apresentado pelo juiz auxiliar da CGJ de Santa Catarina, Silvio José Franco, com o tema “Desenvolvimento de Serviços de Apoio Centralizado e o Impacto na Prestação Jurisdicional”. O expositor falou dos projetos do TJSC para equalizar os serviços e reduzir de custos, como o uso de robôs para efetuar pesquisa de endereços, réus falecidos, de ativos financeiros e de bloqueio de ativos e contas, além de uma Unidade Estadual de Direito Bancário, que centralizará processos

desta natureza. “Estamos caminhando para um momento de maior eficiência”, comentou o corregedor-geral do TJSP. Segundo ele, o momento é de retorno da centralização.

Com o tema “Teletrabalho: riscos e oportunidades”, o corregedor-geral da Justiça do Paraná, desembargador Luiz Cezar Nicolau, falou da implantação e manutenção do regime de trabalho remoto nos tribunais e do cuidado que se deve ter em não afrontar determinações do CNJ e da própria Lei Orgânica da Magistratura (Loman) ao se disciplinar o teletrabalho para magistrados.

Continue lendo em: <https://defesa.com.br/870-encoge-aborda-a-evolucao-digital-do-poder-judiciario/>

Conheça Lucas Pestana, artista plástico maranhense que pinta com os pés e com a boca

Jovem nasceu com Artrogripose Múltipla Congênita, que lhe causou má formação nos membros superiores e inferiores.

Por g1 MA — São Luís

29/11/2021 10h29 Atualizado há 3 minutos

Conheça Lucas Pestana, artista plástico maranhense que pinta com os pés e com a boca
Conheça Lucas Pestana, artista plástico maranhense que pinta com os pés e com a boca

A inclusão social se misturou com arte em uma exposição na Galeria Celso Antônio de Menezes, hall do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís. Nesse espaço, um artista plástico de 20 anos que pinta com os pés e a boca. Lucas Pestana nasceu com Artrogripose Múltipla Congênita, que lhe causou má formação nos membros superiores e inferiores.

"Costumo passar temporadas pintando com os pés; depois mudo para a pintura com a boca, para ficar exercitando as duas formas", conta Lucas Luciano, que é o único maranhense a integrar a Associação de Pintores com os Pés e Boca, que reúne mais de 800 membros em 75 países.

O artista, que completa 20 anos no próximo mês de dezembro, nasceu no município de Lago da Pedra, a 312 km de São Luís. Além da pintura ele também escreve com os pés, tem habilidades com a bola de futebol, fazendo embaixadinhas, e toca teclado com sua banda de música gospel.

O jovem artista disse que despertou o interesse pela pintura ainda na primeira infância quando, ao participar de uma ação social no hospital onde fazia exames de rotina, viu crianças brincando com tinta e papel. Aos sete anos também mostrou interesse pela música, ganhando o primeiro teclado aos 13. A família mudou da cidade natal para São Luís para que o filho pudesse estudar e se dedicar à pintura. Na capital, ele concluiu o ensino médio aos 16 anos; no ano seguinte ingressou na faculdade de designer e atualmente está no 6º período do curso.

Conheça Lucas Pestana, artista plástico maranhense que pinta com os pés e com a boca — Foto: Reprodução/Redes sociais/Lucas Vieira/g1

Conheça Lucas Pestana, artista plástico maranhense que pinta com os pés e com a boca — Foto: Reprodução/Redes sociais/Lucas Vieira/g1

É no ateliê em casa que ele pinta e todas as telas são publicadas na internet. As 10 obras que Lucas levou para a exposição no abordam temáticas variadas, em que ele utiliza as técnicas acrílica e óleo sobre tela. São telas que retratam casarões de São Luís, animais, paisagens e flores.

“Uso minha arte para mostrar para as outras pessoas com deficiência, principalmente crianças e adolescentes,

que é possível fazer arte independente de qualquer deficiência ou limitação física”, disse o artista plástico.

Assistência a pessoa com deficiência

O TJMA instituiu o Núcleo Permanente de Inclusão e Acessibilidade de Pessoa com Deficiência, com atribuições de propor e acompanhar a implementação de novas tecnologias assistivas que promovam a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência na área arquitetônica, de comunicação, digital e tecnológica.

O órgão atua também, em conjunto com as unidades competentes do Judiciário, e por deliberação da Comissão Permanente, na realização de ações de conscientização e capacitação de servidores, terceirizados e estagiários, com o fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Saiba como a pessoa com deficiência pode buscar assistência no TJMA

Saiba como a pessoa com deficiência pode buscar assistência no TJMA

TJMA capacita mais 96 novos conciliadores voluntários

Mais 96 profissionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e acadêmico de faculdades parceiras do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec) concluíram, em 2021, a fase teórica da formação de conciliadores e mediadores e passarão a atuar como voluntários na pacificação de conflitos judiciais.

A formação é ministrada em co-docência em todas as suas fases, com carga horária de 100 horas, sendo 40 horas de fundamentação teórica e 60 horas de prática, com estágio supervisionado, conforme Portaria ENFAM nº 05/2017, Resolução nº 2/2020 - TJMA e Portaria-GP nº 64/2021.

Os alunos serão encaminhados para o estágio supervisionado obrigatório, sob termo de compromisso e adesão, aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do (CEJUSC-TJMA), na capital e no interior, sob a coordenação do juiz Alexandre Abreu. Após essa fase, atuarão por 12 meses como mediadores/conciliadores voluntários no Tribunal de Justiça, sendo considerado para computo desse período o tempo de estágio realizado.

Os candidatos são selecionados e capacitados gratuitamente, de acordo com o calendário da Escola Superior da Magistratura (ESMAM) - instituição credenciada para a formação de conciliadores, mediadores e instrutores no Maranhão.

De 2014 até novembro de 2021, a instituição organizou 66 turmas do curso de formação, capacitando 1.437 profissionais e acadêmicos, aptos a atuarem na conciliação.

PACIFICAÇÃO SOCIAL

No curso, alunos e alunas são orientados sobre a utilização adequada dos métodos consensuais de solução de conflitos, em especial a conciliação e a mediação, com vistas à pacificação social e à garantia do amplo acesso à justiça à população, objetivos principais da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça.

"Além de formar os conciliadores, a ESMAM é instituição pioneira na promoção de cursos de formação de instrutores em mediação judicial e conciliação, segundo o regulamento estabelecidos pelo CNJ", ressalta o diretor da escola judicial, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

Atuam como instrutores, os conciliadores Izaete Barreto, Washington Coelho, Martina Lobato, Alan Carlos Farias, Guilherme Freire, Maíra de Castro, Dinalva Feitosa, Aline Cruz, Juliana Sales, Jucinéia da Silva Moreira, Manoel Ferreira Ramos, Marcos Felipe Costa, Ilza Maria Feitosa, Vail Altarugio, Vilmar de Paiva, Ivane Pinto, Davison Alves, Janete Cléa Carvalho, Rogério Monteles e Vanessa de Oliveira, todos habilitados pelo CNJ.

"A iniciativa impulsiona a política de conciliação e mediação do Poder Judiciário do Maranhão, incentivando métodos alternativos de resolução de conflitos nas mais diversas áreas", destaca desembargador José Luís Almeida, presidente do NUPEMEC-TJMA.

FORMAÇÃO - FERRAMENTAS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

De acordo com a proposta formativa, os participantes aplicam as 12 ferramentas utilizadas pelo mediador para estimular as partes a identificarem possíveis soluções para o conflito: sessões privadas, afago, recontextualização, validação de sentimentos, audição de propostas implícitas, silêncio, inversão de papéis, geração de opções, normalização, organização de questões e interesses, enfoque prospectivo e teste de realidade.

Os alunos são treinados para identificar o conceito, os elementos e o escopo do processo de mediação; os indicadores de qualidade que mensurarão o grau de sucesso da mediação e guiarão o processo de certificação dos mediadores; e a mediação como componente da política pública do Poder Judiciário para a disseminação de uma cultura de paz.

Além dos aspectos técnicos relativos à formação de conciliadores, o curso tem como objetivo caracterizar a postura do ser humano frente ao conflito e as diversas abordagens de sua resolução, identificando os efeitos da atuação facilitadora na produção de resultados satisfatórios para as partes em conflito.

Já no estágio supervisionado, ocorrem as Práticas de Laboratório - Mediação e Conciliação, nas funções de Observador e Comediador/Conciliador; Etapas do Procedimento de Mediação; Aplicação prática do Rapport; Utilização prática da Comunicação: Comunicação Não-Violenta e aplicabilidade dos conhecimentos neurolinguísticos. A última etapa é formada por Práticas de Laboratório - Qualidade em Processos Autocompositivos.

Desembargador Cleones Cunha será homenageado pela Corte Eleitoral de São Paulo

Nesta segunda-feira (29), o desembargador Cleones Carvalho Cunha, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), será agraciado com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, na categoria Especial Homenagem, durante sessão solene, a ser realizada às 15 horas, pela plataforma Zoom, com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-SP no Youtube.

A iniciativa acontece nos termos do disposto na Resolução TRE/SP nº 69/99, modificada pela Resolução nº TRE/SP nº 100/2002, conforme ata de reunião da Comissão Especial de Honraria e Mérito do TRE, levada ao conhecimento da Corte Eleitoral na Sessão Plenária do dia 16 de novembro de 2021.

De acordo com o presidente do TRE/SP, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Júnior, a homenagem é "uma manifestação formal do reconhecimento por seus méritos e relevantes serviços prestados à vivência democrática e ao processo eleitoral em todos os seus desdobramentos".

A entrega da comenda - que será enviada por correio tradicional - foi comunicada ao desembargador Cleones Cunha por meio do Ofício TRE/SP nº 1854/2021, do dia 18 de novembro de 2021.

Durante o evento, diversas autoridades - dentre ministro, juízes e desembargadores - serão homenageadas com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, na categoria Especial e na categoria Juízes do TRE-SP; além de servidores e servidoras, com a Medalha Ministro Mário Guimarães.

TRAJETÓRIA NA JUSTIÇA ELEITORAL

O desembargador Cleones Cunha assumiu o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), no dia 18 de dezembro de 2017, como corregedor; e em 26 de fevereiro de 2019, como presidente da Corte, cujo biênio foi encerrado no dia 16 de maio de 2020.

Durante a sua gestão, adequou o plano estratégico em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, incluindo suas próprias metas e indicadores para o período 2015-2020. Promoveu várias reuniões para a formulação dos indicadores e ações/projetos, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Outra importante ação desenvolvida, durante a sua trajetória no TRE/MA, foi o Plano Integrado para as Eleições 2020, elaborado de forma ampla e participativa. Foi o primeiro presidente a realizar sessões plenárias por meio de videoconferência com transmissão pelo canal TRE-MA do Youtube. Cleones Cunha deixou, ainda, em funcionamento as Comissões de Acessibilidade, Tomada de Contas Especial, Segurança da Informação, Mulheres, Ética, Socioambiental, Apoio à Gestão de Riscos, Sindicância e Permanente de Licitação.

O desembargador Cleones Cunha foi também presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e vice-presidente do Colégio de Corregedores Nacionais. Ele atuou ainda como Corregedor Regional

Eleitoral, no período de 16 de fevereiro de 1993 a 12 de fevereiro de 1997.

TRAJETÓRIA NA JUSTIÇA MARANHENSE

O desembargador Cleones Cunha foi aprovado, em 1985, no concurso da Magistratura maranhense. Em sua trajetória, atuou como Juiz de Direito nas Comarcas de Vitorino Freire, São Bento, Coroatá e São Luís.

Em 1998, assumiu a função de juiz corregedor da Corregedoria Geral de Justiça. Em 1999, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Também exerceu a função de supervisor-geral dos Juizados Especiais. Em fevereiro de 2005, assumiu a direção da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Foi corregedor-geral da Justiça no biênio 2012/2013 e presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão no biênio 2016/2017. Atualmente, é presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA).

5ª edição do projeto Conciliação Itinerante inicia nesta segunda, 29

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inicia nesta segunda-feira (29) a 5ª edição de 2021 do projeto Conciliação Itinerante. Desta vez, a ação irá contemplar cidadãos e cidadãs de Coroatá (29/11 a 2/12) e Peritoró (3/12).

Durante o evento, a população poderá resolver questões processuais (com ação judicial em andamento) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e pacífica, por meio do diálogo e da conciliação.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O presidente do Nupemec do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, ressalta que a iniciativa é fruto de investimentos do Poder Judiciário do Maranhão com vistas à garantia de ampliação do acesso à Justiça à população. "Nosso intuito é estimular e apresentar à sociedade as ferramentas necessárias para uma solução desburocratizada, ágil e harmônica, construída por todas as partes envolvidas na questão. Nesse sentido, a conciliação é o melhor caminho para a resolução dos conflitos em nossa sociedade", pontuou.

O coordenador do Nupemec do TJMA, juiz Alexandre Abreu, enfatiza a relevância do projeto. "A conciliação itinerante sempre foi objeto de uma maior aproximação do Poder Judiciário com a sociedade, em especial as pessoas com dificuldade de acesso ao sistema de Justiça. Portanto, nos deslocarmos até as comarcas significa levarmos até esses cidadãos e cidadãs a oportunidade de terem os seus problemas rapidamente resolvidos", frisou.

DEMANDAS

Na oportunidade, os cidadãos e as cidadãs poderão resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, dentre outras.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Coroatá - 29/11 a 2/12, das 8h às 17h30, no Fórum Desembargador José Menezes Júnior (Rua Gonçalves Dias, s/n, Centro);

Peritoró - 3/12, das 8h às 17h30, na Secretaria Municipal de Assistência Social (Travessa Sete de Setembro, 102b, Filipinho).

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel e máscaras, além do distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã - com ou sem ação judicial em andamento - deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, certidão de nascimento - em caso de menor) e comprobatórios da demanda (faturas, registro de imóvel e outros, a depender de cada caso).

A secretária da Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Ana Larissa Serra, informa que as pessoas (partes) que possuírem processos em andamento nas comarcas e desejarem fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

Durante o evento, serão realizadas audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando por videoconferência, com uso de um celular com câmera, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo do exterior.

PLATAFORMA

Durante o projeto, o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).